

# COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

## PROJETO DE LEI Nº 1.087, DE 2011

*Dispõe sobre o pagamento de adicional de insalubridade aos pescadores profissionais e dá outras providências*

**Autor:** Deputado CLEBER VERDE

**Relator:** Deputado VILALBA

### I – RELATÓRIO

O presente projeto visa a conceder pagamento de adicional de insalubridade ao pescador profissional, cujo percentual será calculado nos termos do art. 192 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Justifica-se o autor desse projeto no fato de que o pescador profissional tem sido vítima de doenças decorrentes de longa exposição ao sol. Acrescenta, ainda, a necessidade de se fazer justiça a esse trabalhador, dada a importância do setor pesqueiro na economia do País.

A proposição foi distribuída para as Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, para análise de mérito onde recebeu parecer do ilustre Deputado Celso Maldaner pela sua aprovação.

Foi distribuída também para análise de mérito à Comissão do Trabalho, de Administração e Serviço quando se abriu o prazo de cinco sessões para apresentação de emendas. Encerrado esse prazo regimental não foram apresentadas emendas ao projeto.

É o relatório.

## II – VOTO DO RELATOR

Trata-se de louvável iniciativa do Deputado Cleber Verde que pretende corrigir uma injustiça com o pescueiro profissional. Esse trabalhador tira do mar o sustento da sua família, expondo-se, por anos a fio, ao sol causticante que, como sabido, causa câncer de pele, dentre outras doenças.

Razão também tem o autor quando afirma *in verbis*: *“Apesar da importância econômica do setor pesqueiro e do grande contingente de trabalhadores, esta categoria de pescadores tem sido discriminada e deixada à margem da legislação trabalhista, quando não inclui a atividade do pescador no rol de atividades que tem direito ao adicional de insalubridade, não se faz justiça”*.

Embora o conteúdo seja de grande mérito, parece-nos que o presente projeto está a merecer alguns reparos na sua forma de apresentação, além de necessitar de mudança no texto quanto à expressão “salário da categoria”. Inexiste no nosso ordenamento esse conceito jurídico.

O art. 192 da CLT estabelece que o adicional de insalubridade será calculado sobre o salário-mínimo da região. Assim, convencionou-se calcular essa verba trabalhista sobre o salário-mínimo, o que reduzia bastante o valor do adicional se o trabalhador tivesse remuneração superior.

Com a edição da Súmula Vinculante nº 5, do Supremo Tribunal Federal, o adicional de insalubridade ficou sem base de cálculo, na medida em que o tribunal estabeleceu que, salvo nos casos previstos na constituição, o salário-mínimo não pode ser usado como indexador de base de cálculo de vantagem de servidor público ou de empregado, nem ser substituído por decisão judicial.

Diante disso, o Tribunal Superior do Trabalho – TST, na Súmula 228, posicionou-se no sentido de que, a partir de 9 de maio de 2008, data da publicação da Súmula Vinculante, o adicional de insalubridade será

calculado sobre o salário básico, salvo critério mais vantajoso fixado em instrumento coletivo.

Ocorre que não há qualquer previsão legal dispondo sobre o salário básico, tampouco sobre o salário da categoria, como prevê o projeto, que a nosso ver, pode ser entendido como piso salarial determinado em negociação coletiva ou salário-profissional previsto em lei. Portanto, entendemos que o art. 1º precisa ser modificado para estabelecer que o adicional de insalubridade será calculado sobre o salário do empregado que pode ser o estabelecido em negociação coletiva ou em lei específica.

Pelas razões expostas, somos **pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.087, de 2011, nos termos do substitutivo anexo.**

Sala da Comissão, em                      de                      de 2013.

Deputado VILALBA  
Relator

**COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO  
PÚBLICO**

**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE Nº 1.087, DE 2011**

*Concede adicional de insalubridade  
aos pescadores profissionais.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É assegurado ao pescador profissional a percepção do adicional de insalubridade, calculado sobre o salário.

Parágrafo Único. O percentual a ser pago como adicional de insalubridade será definido e fixado nos termos do art. 192 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em            de            de 2013.

Deputado VILALBA  
Relator